

RELAÇÃO ENERGÉTICA RUSSIA-UNIÃO EUROPEIA*

The Energy Relations Between EU and Russia

Aurélie Bros*

Yann Richard**

Resumo

Inúmeros analistas realizam interpretação geopolítica das relações energéticas entre a Rússia e a União Europeia. As abordagens, baseadas em visão realista das relações internacionais, apresentam GAZPROM como instrumento de poder nas mãos do Kremlin e fonte de perigo para a independência da União Europeia. Neste artigo, mostramos como a idéia marcadamente geopolítica de embate frontal entre a UE e a Rússia representa explicação parcial do comportamento dos atores envolvidos nessa relação. Em expansão internacional, GAZPROM responde, também, a uma lógica industrial e econômica fundada na procura e garantia de oportunidades de negócios rentáveis. Além disso, mesmo dispondo de papel bem definido nas relações internacionais, a União Europeia (UE) ainda não existe como ator energético. Ela é permeada por numerosas divisões internas que tornam seu discurso pouco lisível para os parceiros externos.

Palavras-chave: Geopolítica, energia, dependência, gás natural, GAZPROM, integração, União Europeia, Rússia.

Abstract

The geopolitical interpretation is very central in the bulk of the scientific literature related to the energy relations between EU and Russia. In this approach, mainly based on a realist vision of the international relations, Gazprom is most of the time presented as an instrument of power in the hands of Kremlin and eventually as a mean to jeopardize a more and more energetically dependant Europe (principally the European Union). In this paper, we show that the geopolitical approach is correct. However, we assume that it is not sufficient at all when it comes to the behaviour of various actors of the energetic domain. The purchase of assets by Gazprom in foreign countries is not pure politics. It is also an economic necessity and a way to make profits and to make its exports more secure. Besides, although it is now recognized as an actor in international relations, EU does not exist as a coherent and visible actor in the energy domain. It is deeply divided in several groups of actors whose traditions, policies and behaviours are diverging.

Key words: Geopolitics, energy, dependency, natural gas, Gazprom, integration, European Union, Russia

Resumen

Beaucoup d'analystes font une interprétation géopolitique des relations énergétiques entre la Russie et l'union européenne. Ces approches, fondées sur une vision réaliste des relations internationales, présentent volontiers Gazprom comme un instrument de pouvoir aux mains du Kremlin et comme une source de danger pour l'indépendance de l'Union européenne. Dans cet article, on montre que l'idée très géopolitique d'un rapport frontal entre l'UE et la Russie ne rend que partiellement compte du comportement des acteurs impliqués dans cette relation. Dans son déploiement international, Gazprom répond aussi à des logiques industrielles et économiques, fondées sur la recherche de rentabilité et la sécurisation de ses débouchés. Par ailleurs, bien que son statut d'acteur des relations international soit désormais établi, l'Union européenne n'existe pas encore en tant qu'acteur énergétique. Elle est traversée par de nombreuses divisions internes qui rendent son discours peu lisible pour les partenaires extérieurs.

Palabras-Claves: Geopolítica, energía, dependencia, gas natural, Gazprom, integración, Unión europea, Rusia

(*) Mestrado pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne - UFR de Géographie - 191, rue Saint-Jacques, CEP 75231 Paris cedex 05 - France, Tél.: (+ 33 01) 44 32 14 00 - brosaurelie@gmail.com

(**) Prof. Dr. da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne - UFR de Géographie - 191, rue Saint-Jacques, CEP 75231 Paris cedex 05 - France, Tél.: (+ 33 01) 44 32 14 00 - yrichard@univ-paris1.fr

INTRODUÇÃO

A questão energética justifica abundante produção científica, chamando a Rússia particularmente atenção de muitos analistas após retomada das relações internacionais (RUCKER, 2003; BUCKRELL, DUBIEN, 2004; BAYOU, 2007; STOUNNIKOVA, 2008). As interpretações geopolíticas dominam sobremaneira (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Primeira abordagem apresenta a energia como instrumento de poder utilizado, pela Rússia, em ambiente regional. Uma segunda enfatiza a existência de lógica de oposição ou confronto entre a Rússia e a União Européia, destacando tensões energéticas entre esses dois atores. A União Europeia se encontraria em posição de dependência energética, portanto, potencialmente política, perigosa face à Rússia.

Para muitos autores, a expansão internacional da GAZPROM seguiria lógica geopolítica. Esta interpretação se baseia em visão realística das relações internacionais a postular que em um mundo caracterizado por certa anarquia nenhum dos atores ganharia o jogo. O que alguns ganhariam em poder e influência seria traduzido em uma perda para outros (ARON, 1968; BULL 1977, WALTZ, 1990; TALIAFFERRO, 2000-2001). Nesta leitura, a empresa GAZPROM se apresenta como desdobramento do Kremlin, colocando-a à serviço de uma Rússia com projetos neo-imperialistas. Um artigo de Pierre Verluise, com título provocativo - “Como a UE arma a Rússia?” - representa esta abordagem (VERLUISE, 2006 e Revista Global Brief : « Europa, quando a Gazprom faz lobby », <http://globalbrief.ca/pierreverluise/2010/04/13/europe-quand-gazprom-fait-du-lobbying/>).

Neste contexto, certos autores dedicam atenção especial aos investimentos da GAZPROM na Europa (LOCATELLI, 2007; DEFEUILLEY, 2009), no nível de dependência energética dos países europeus face às exportações de gás e de petróleo russos (NOËL, 2008) ou à geografia dos gasodutos e oleodutos como um delineador das relações de poder entre produtores, países consumidores e países de trânsito (RADVANYI 2002; TEURTRIE DE 2008, RICHARD, 2009). Essas abordagens também implicam representação dual das relações energéticas na Europa. Existiria, de um lado, países produtores, a Rússia, animada por um desejo de poder. De outro, se encontraria uma entidade consumidora formando um grande, único e solidário ator: a União Europeia. Ambos os atores teriam diferentes interesses e relações tensas.

Propomos neste trabalho, uma interpretação mais profunda da atividade da GAZPROM na Europa. Nela a Geopolítica terá sua parte, mas sem ofuscar outras lógicas, no mínimo tão importantes, notadamente econômicas. Mostraremos que não existe relação de confronto entre a UE e a Rússia, posto o primeiro não ser um ator energético, mas uma justaposição de atores com interesses diversos e mesmo conflitantes. O espaço energético europeu se encontra dividido. Atravessado por inúmeras barreiras técnicas resultantes mais da ação das empresas de energia que dos Estados e instituições europeias. As empresas européias e russas se impõem como atores de integração energética em escala macro regional, em quadro de convivência não dissimulada e pragmática. A Comissão Europeia segue sua lógica e promove um modelo de integração energético regional, que subestima, ou até mesmo ignora, certas restrições econômicas e técnicas enfrentadas pelas empresas.

EXPANSÃO INTERNACIONAL DE GAZPROM RESPONDE TAMBÉM A UMA LÓGICA ECONÔMICA E INDUSTRIAL

GAZPROM à procura de rentabilidade econômica e de tecnologias

A GAZPROM é uma grande empresa estatal (50,002% das ações pertencem ao Estado federal) a contar com mais de 375.000 funcionários. Ela produziu 83% do gás russo em 2008 e possui cerca de 160 000 km de gasodutos, 219 estações de compressão e 25 locais de armazenamento. Desde 2006, detém o monopólio da exportação do gás natural russo, cuja produção registra aumento de

512 bilhões de metros cúbicos em 2001 para 550 em 2008, ou seja, 17% da produção mundial e 70% das reservas consideradas Russas. Para efeito de comparação, em termos de infra-estrutura, a francesa GRT Gaz (Seção de transporte de GDF SUEZ) detém uma rede de aproximadamente 32.000 km e 25 estações de compressão e de produção. Os Países Baixos produzem entre 70 e 80 bilhões de metros cúbicos por ano para o seu mercado e exportação.

O tamanho da GAZPROM e seu status como empresa estatal causam preocupação na União Europeia. Tornou-se a terceira maior empresa mundial em 2006, com capitalização aproximada de 300 bilhões de dólares. Atinge o topo em 2008, com 343.000 bilhões dólares (Ver Le Figaro de 8 maio de 2008 e artigo de Perrine Créquy no Le Figaro de 10 de junho de 2008). No entanto se trata de empresa frágil, com inúmeras dívidas. Em junho de 2008, a dívida do grupo era estimada em 20 bilhões de euros. Seu financiamento se tornou complicado devido a crise de crédito responsável por menor liquidez nos mercados financeiros (Ver artigo de L'AGEFI, de 31 dezembro de 2008. En ligne : <http://www.agefi.fr/articles/article.aspx?id=1058314>.). No final de 2009, embora como uma das empresas mais rentáveis do mundo, dada a proporção dos seus lucros, a sua capitalização caiu para pouco mais de 144 bilhões de dólares (Le Figaro, 8 de julho de 2010), descendo a posição menos favorecida no ranking mundial das empresas (10ª empresa petrogasolífera no mundo).

Além do supramencionado acrescentam-se grandes restrições a não melhorar desempenho financeiro do grupo. Na Rússia, a GAZPROM é obrigada a vender seu gás a preços controlados bem baixos (Tabela 1). Apesar da GAZPROM ter a possibilidade de vender parte de seu gás a preço livre, as tarifas são de baixa rentabilidade. Isto a obriga a buscar mercados externos para o seu gás e ganhar dinheiro (Figura 1).

Tabela 1 - Tarifas do gás vendido pela Gazprom em três tipos de mercado (em rublos por 1 000 m³) em 2009 (rublos) equivalente e euros

MERCADO	Tarifas em rublos	Tarifas aproximativas em euros
Rússia	1 652	41
CEI et países baixos	3 694	95
Europa	7 757	193

Fonte: Relatório anual de atividade da Gazprom, 2010

A venda em mercados solváveis e ricos como os da União Europeia permite à GAZPROM melhorar em seus resultados. No entanto, o gás emitido contém muito pouco valor agregado e suas taxas relativamente elevadas refletem o custo do transporte até a fronteira. Além disso, para aumentar as suas margens, a GAZPROM não se contenta apenas em exportar. Nos últimos anos se estabelece nos mercados nacionais europeus para fornecer gás aos consumidores finais. A expansão internacional da GAZPROM, embora não desprovida de uma subentendida geopolítica corresponde, portanto, a uma necessidade econômica. E isso permite parcerias adicionais com empresas energéticas estrangeiras, localizadas principalmente na Europa Ocidental, a deter tecnologias indispensáveis à exploração de campos de gás localizados em determinadas regiões da Rússia, cuja extração é complexa. É o caso do depósito no mar de Barents, com associação da GAZPROM à TOTAL e3 no intuito de realizar perfurações off shore em grandes profundidades.

A internacionalização se refere às empresas de todos os grandes países emergentes ou em transição e não somente às empresas russas

A GAZPROM não representa caso isolado. Outras empresas russas se expandem rapidamente no exterior, assim como suas concorrentes americanas, européias, asiáticas e de países emergentes.



Suas motivações são clássicas: ocupar mercados estrangeiros em crescimento, obter vantagens comparativas ou absolutas não existentes no país de origem, acesso aos recursos ...

Após início dos anos 2000, várias empresas russas tentam ocupar posições fora da CEI, animados por ação do governo que introduz, em 2005, a plena conversão do rublo, facilitando assim a aquisição de ativos de empresas estrangeiras. Embora frequentemente se tratem de empresas vinculadas a setores considerados estratégicos e vislumbradas nos países europeus e em outros lugares (Siderurgia com a ARCELOR, distribuição de gás com a CENTRICA, aeronáutica com a EADS), essa expansão é mais ampla no plano geográfico e setorial. A partir de 2006, por exemplo, os projetos de investimento russo na África se multiplicaram, incluindo a criação de um complexo turístico em Marrocos pelo grupo financeiro METROPOL (150 milhões de euros). Estes investimentos não são originários unicamente de empresas públicas russas. Sobre tudo são de investidores em busca de melhorar seu cash flow (fluxo de caixa), como o fazem muitos outros agentes econômicos. O estabelecimento no estrangeiro, em numerosos casos, apresenta melhor valorização do que no mercado russo.

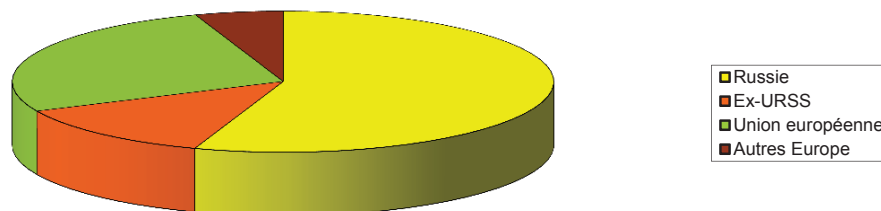


Figura 1 – Gráfico da distribuição geográfica das vendas se GAZPROM
Fonte : Relatório anual de atividade da Gazprom, 2010

De acordo com estudo publicado em 2007 pela Escola de Gestão Moscovita de Skolkovo e pela Universidade de Columbia, as 25 maiores empresas russas detinham 59 bilhões de dólares em ativos fora da Rússia e aí realizavam um volume de negócios de aproximadamente 200 bilhões de dólares, com 130.000 empregados, duplicando ou até triplicando todos estes indicadores após 2004 (<http://www.skolkovo.ru/content/view/174/41/lang,en>). As empresas citadas no estudo são os grupos LOUKOÏL (Hidrocarbonetos), GAZPROM (hidrocarbonetos), SEVERSTAL (Siderurgia), RUSAL (alumínio) e nove grupos de mineração e metalurgia. Vários setores concentram investimentos diretos de empresas russas e não se restringem a setores considerados estratégicos (BTP, turismo etc.), única condição apresentada é a alta rentabilidade. O citado estudo também mostra ser a Europa o principal destino de investimentos destas empresas, com 271 filiais. A que masi atrai é a Europa Ocidental, com 52% dos ativos no exterior de 25 empresas russas incluídas no estudo, à frente da CEI (22%), Europa Central e Oriental (11%), América do Norte (6%), etc.

A internacionalização é uma necessidade econômica igualmente para a Rússia

As autoridades federais se preocupado, há vários anos, com a incapacidade dos atores econômicos em diversificar a economia russa. Retira ainda muito de seus recursos na extração e exportação de matérias-primas, principalmente os hidrocarbonetos. Para fazer face a esta preocupante dependência, que faz da Rússia uma economia de renda (BENAROYA, 2006), o governo russo adota dois métodos: de um lado, incentiva o investimento estrangeiro na Rússia, especificando as regras do jogo com um lista de chamados investimentos “estratégicos” ou os investimentos não-russos são sujeitados a mais restrições, de outro, facilita o investimento de empresas russas no

exterior, para permitir-lhes adquirir know-how e tecnologia e benefícios substanciais. A expansão internacional das empresas Rússas é apenas um aspecto de uma estratégia mais ampla e que visa uma melhor integração da economia russa no jogo econômico global.

Neste contexto, um programa de privatização foi lançado em 2010 pelo Kremlin e o Presidente Medvedev multiplicou os discursos sobre o tema. O programa prevê a atribuição de ativos – de 13% a 55% do capital – em 14 grupos ditos « estratégicos » e em 435 empresas públicas, meio de introdução na bolsa (portos, aeroportos, sociedades de navegação, construção naval, seguros). (Ver artigo de Y. BOURDILLON, em *Les Echos*, 14 dezembro de 2009). No 14º Fórum Econômico de São Petersburgo em junho de 2010, ficou explícita a necessidade de capital estrangeiro na Rússia: “É claro que os investimentos são um dos principais fatores para o desenvolvimento em termos de inovação e modernização bem-sucedida. A Rússia precisa de um boom de investimentos”. (SUD OUEST, « Rússia : eldorado das empresas francesas? », 20 de junho de 2010). No mesmo sentido, em setembro de 2009, Vladimir Putin, conclamou o presidente dos EUA a fazer maiores esforços em favor da Rússia. Ele aguarda o sinal verde de Washington para permitir a entrada da Rússia na OMC e a eliminação das restrições à transferência de altas tecnologias. Observando o rápido declínio do PIB da Rússia, afirmou estar “em oposição à nacionalização da economia, considerando ser necessário” manter uma orientação liberal, uma vez que atrai investimento para a Rússia.” (*La Tribune*, « Poutine à procura de investimentos estrangeiros », 19 setembro de 2009).

A Rússia sofre profundamente com crise econômica a suscitar queda significativa nos preços do petróleo. Além disso, a internacionalização das empresas russas é uma resposta a obter mais-valia em outro lugar, e não no mercado doméstico, adquirindo no exterior ativos mais baratos, se possível. Empresas russas partem à conquista de metas como quaisquer outras grandes companhias no setor concorrencial. Pode haver, certamente, uma motivação política por trás de investimentos realizados por empresas públicas russas no estrangeiro. Sua expansão internacional é contemporânea de sua reorganização pelo Kremlin, a exercer atualmente um controle mais direto sobre elas, como os grandes fabricantes de armas russas, que foram reagrupados para formar o grupo OAK. Não é por acaso que a OAK recuperou 5% da participação do banco russo VTB no capital do consórcio europeu EADS. Mas a lógica desta operação é também econômica posto a Rússia pretender modernizar a sua frota de aviões comerciais. Fixando capital na EADS e outras empresas da Europa Ocidental, o Kremlin espera benefícios para a economia federal, particularmente no que diz respeito à transferência de tecnologia, que muitas vezes tem um efeito cascata, contribuindo no desempenho econômico.

A DESUNIÃO ENERGÉTICA EUROPÉIA

Não é adequado apresentar a relação energética da Rússia - UE como de confronto entre dois atores antagônicos. A União Europeia se encontra demasiadamente dividida para aparecer como um verdadeiro ator no mercado mundial e regional de energia. A complexidade do funcionamento da comunidade não é apenas anedótico. Ela força as empresas de energia a seguir lógicas nacionais e em detrimento de uma lógica comunitária. Três tipos de divisões são apresentadas nesta parte.

Estados membros com interesses divergentes

O desejo de “ser uma única voz” é o intento da União Europeia, haja vista as características de cada estado minarem a possibilidade de adotar posição comum sobre o tema energia. Os imperativos geológicos e geográficos são as principais causas de divergência entre os países membros. É particularmente verdadeiro em matéria de armazenamento subterrâneo de gás natural. Esse procedimento ajuda a equilibrar o fluxo de gás, porque a produção praticamente constante ao longo do tempo é pouco compatível com as variações de consumo (inverno rigoroso ou não, frio pontual ...).



Com a finalidade de rentabilizar os investimentos necessários para a atividade gásífera, é preferível tornar o fluxo constante durante todo o ano, sem centralizar-se exclusivamente na variabilidade da demanda. O gás armazenado em aquíferos, cavernas de sal e antigos depósitos de gás ou de petróleo utilizados como estocadores (gisements déplétés), deve auxiliar no atendimento da demanda durante os períodos em que aumenta substancialmente e garantir a segurança energética. Mas se é possível armazenar o gás natural na Áustria, Alemanha ou na Hungria, este não é o caso dos demais países membros da União, como a Grécia. Neste caso, apenas o reservatório localizado ao sul de Kavala parece possuir as qualidades necessárias (mas não é certo) para se tornar área de armazenamento.

Segundo, mesmo que um território apresente as qualidades necessárias para o armazenamento geológico de gás natural, a distância que separa os depósitos pode ser um obstáculo ao fornecimento. A rentabilidade de um gasoduto não é assegurada além de cerca de 3500 ou 4000 quilômetros, a envolverem custos de manutenção e segurança demasiadamente elevados. O traçado de um gasoduto deve sempre ser otimizado para não cobrir uma grande distância. Isso explica porque os países europeus são igualmente vulneráveis a certos projetos de construção de gasodutos, localizados distantes dos campos de produção. Da mesma forma, a GAZPROM não tem interesse na construção de gasodutos a se estenderem até à Península Ibérica (Figura 2).

Terceiro, a população assim como os padrões de consumo e produção dos Estados se refletem na fatura de consumo de energia nacional. Alemanha tem mais de 82,5 milhões de pessoas. Trata-se do segundo exportador mundial recaindo sobre seu mercado o peso do gás natural, mais elevado e forte no setor residencial. No entanto neste país não se nota as mesmas preocupações e objetivos de um país como a Finlândia. Este último tem apenas 5,2 milhões de habitantes e o gás natural representa apenas 10% do mix energético nacional. Além disso, a baixa densidade populacional no norte do país desautoriza eventuais investimentos em infraestrutura de gás, nunca possíveis de amortizar nesta parte do território.

Em quarto lugar, as sólidas “tradições” comerciais foram estabelecidas em função do clima e do ambiente internacional. Os membros da URSS e seus países satélites se ligavam de fato à rede energética soviética, contribuindo a alimentação de gás natural nestes estados ao fortalecimento do bloco oriental. Desde a queda do muro, alguns países como a Polónia, que procuram manter distância em relação ao fornecedor russo, muitas vezes acusado de maquiavelismo, e reduzir a preponderância da tradição comercial herdada do Leste. Ao contrário, outros países continuam a manter estas tradições comerciais de longa data. É o caso da Alemanha em relação à Rússia. Durante a Guerra Fria, as empresas da Alemanha Ocidental adotaram suas estratégias de negócios na política de re-aproximação leste-oeste. O contrato “gás versus tubulação” se encaixa perfeitamente nesta lógica. A assinatura do projecto Nord Stream pelo ex-chanceler G. Schroeder e o ex-presidente russo V. Putin resulta dessa tradição. Isso não ocorre sem inquietar os outros Estados europeus, posto cada acordo estabelecido entre empresas russas e alemãs reativar preocupações consecutivas do tratado de Rapallo. Assinado em 1922 pelos Estados « proscritos » da Europa (a Alemanha, perdedora na grande guerra, e a URSS, isolada desde a revolução bolchevique), possibilitaria, além de acordos comerciais, bases a uma cooperação militar entre os dois Estados.

Em quinto lugar, os países produtores da União não estão na mesma situação de dependência dos países importadores. Entre os produtores, há gradações mesmo entre os detentores de grandes depósitos (Holanda, Reino Unido) e outros detentores titulares de pequenas reservas de menor alcance (Alemanha, Romênia).

Sexto, o mix energético nacional é muito variado. Os gráficos abaixo mostram a participação do gás no consumo energético total (Figura 3), a parte do gás russo em importações de gás total (Figuras 4 e 5) e, especialmente, a parcela de gás russo no consumo energético final (Figura 6) variam muito de um país europeu a outro. A figura 6 também permite relativizar a idéia de dependência energética face à Rússia, incluindo os países da Europa Central e Oriental. Este mix se relaciona aos requisitos e a escolhas políticas, tão numerosas como os Estados-Membros. Estas escolhas foram



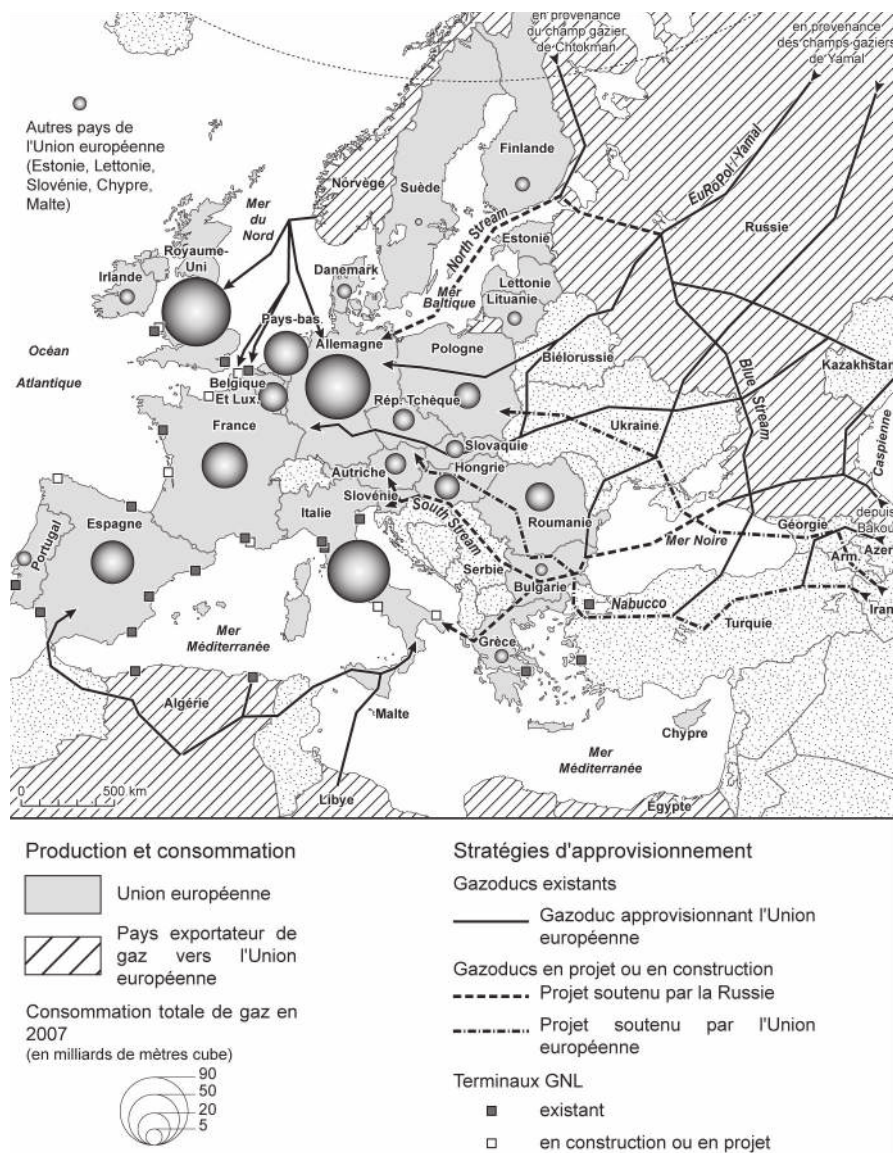


Figura 2 – Gás na Europa

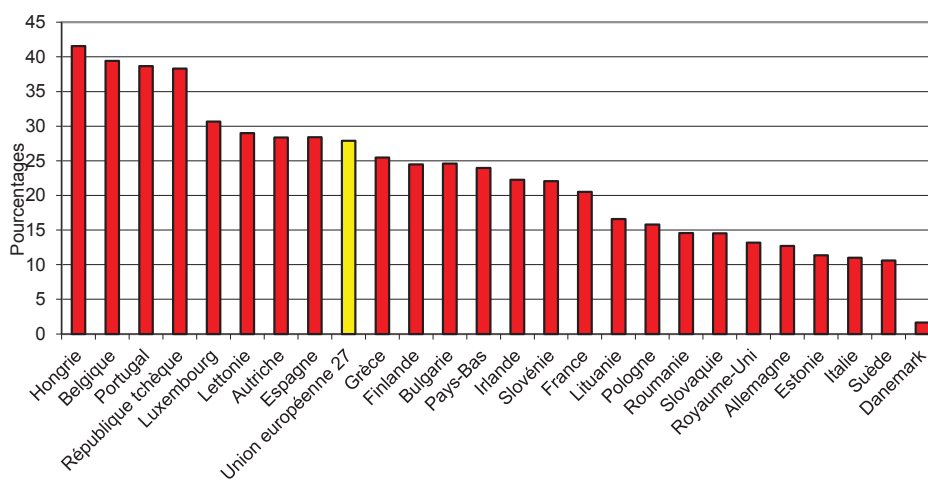


Figura 3 - Parcela do gás no consumo de energia bruta interior nos países da UE 27 (2008)

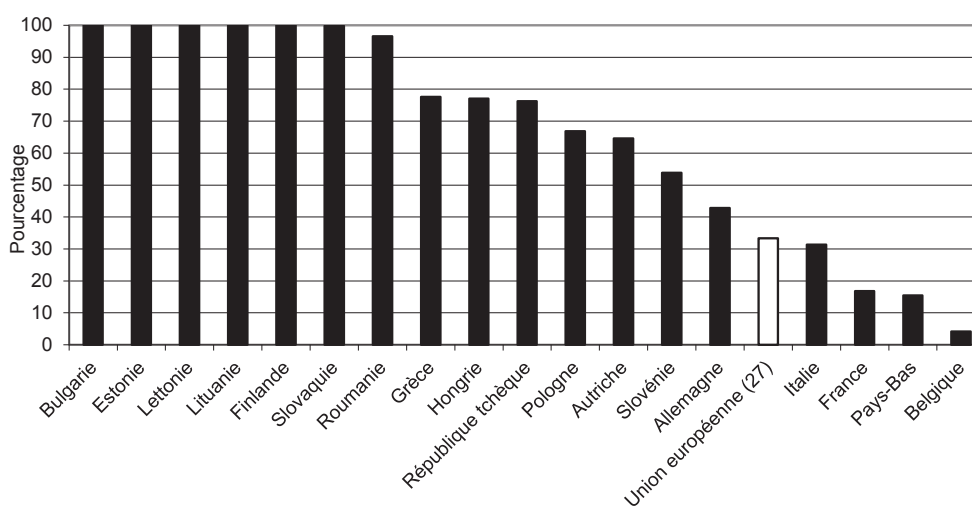


Figura 4 - Participação da Rússia na importação de gás natural dos países membros da UE (média 2004-2008)
Fonte: Eurostat, 2010.

determinadas por particularidades nacionais mencionados na sequência. Por exemplo, a situação geográfica da França permite a formação de uma matriz energética diversificada: gás proveniente da Rússia e do Mar do Norte, à compra de GNL da Península Arábica e da Argélia ... A opção nuclear é também fonte de dependência menor face aos fornecedores, ao contrário da Alemanha, onde o distanciamento gradativo do nuclear civil (Atomausstieg), aprovada por G. Schröder, continua a alimentar debates. Um país como a Polónia, habituada a consumir carvão extraído em seu território nacional, se vê na obrigação de reconsiderar sua matriz devido à adoção de objetivos ambientais europeus. Como a Polónia, a Lituânia foi forçada a reconsiderar sua matriz com o fechamento da central nuclear de Ignalina.

Nestes termos, quando a Comissão fala de “sustentabilidade” e “segurança energética” ou da “competitividade”, não impacta de forma similar os países. Posto a opinião pública se mostrar pouco sensível a estes temas, o discurso provoca reações frequentemente amenas. A sociedade civil europeia é vítima da síndrome de “NIMBY” (“Not in my backyard” - Não em meu terreiro), significa dizer que os cidadãos europeus têm alto consumo de energia, em nível inversamente proporcional à repulsa por infra-estrutura de fornecimento ou produção energética. Consequentemente, qualquer projeto e alteração na matriz energética gera protestos. Comumente a energia ocupa posição diferenciada na opinião pública dos países membros da União Européia. De acordo com o Eurobarômetro de novembro de 2009, 67% dos entrevistados na UE acreditam que as decisões sobre energia devem ser conjuntas. No entanto este tema se situa em décimo lugar do ranking das preocupações dos cidadãos europeus. Sua sensibilidade face ao assunto é diferenciada: 90% no Chipre, 77% na Alemanha, 76% na Bélgica e apenas 50% na Áustria e 49% no Reino Unido.

Estas divisões internas apresentam-se claramente no vértice energético. Na Conferência de Energia em Vilnius (outubro 2007), dedicada à segurança no abastecimento e à promoção de novas rotas de importação, os presidentes do Azerbaijão, Geórgia, Lituânia, Polónia e Ucrânia assinaram um documento para a construção de um oleoduto a ligar o Mar Cáspio ao Mar Báltico, de Odessa até Gdansk via Brody, e no sentido de transportar petróleo do Azerbaijão ao Cazaquistão. Trata-se de projeto a reunir países consumidores, países produtores e países de trânsito. No entanto, alguns grandes países a privilegiarem outras opções se ausentaram ou não foram devidamente representados (França e Alemanha). Uma conferência realizada em Batumi, na Geórgia, em janeiro de 2010, não foi além da declaração de princípios, com altos dirigentes dos países participantes ausentes, mesmo após anúncio de seu comparecimento. Em geral, a Polónia e a Lituânia lideram, há muito tempo, o projeto do corredor energético meridional, mesmo não sendo apoiados pelos principais países da UE. São entregues à própria sorte nos picos de energia de Cracóvia (Maio 2007), Vilnius (Outubro de 2007), Kiev (Maio de 2008), Baku (Novembro de 2008), Budapeste (janeiro de 2009), Sófia (Abril de 2009) e Praga (Maio de 2009).

As divergências entre a Comissão europeia e os países membros da União

As divisões internas na UE não se restringem aos Estados-membros ou grupos de Estados-Membros. Existem divergências entre países membros da União Europeia com a Comissão Europeia, limitando ações da UE em face de países como a Rússia ou a parceiros industriais como a GAZPROM. Apesar de alguns progressos notados recentemente, a UE ainda não conseguiu implementar uma política energética comum. Essa divisão interna se deve, até a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, à inexistência de uma base jurídica independente sobre política energética (além de energia nuclear civil). Embora o Tratado de Lisboa forneça esta base, sua entrada em vigor recente ainda não surtiu efeitos desejados.

Durante muito tempo, a construção da Europa energética se funda no princípio da liberdade de mercado. No Tratado CE, apenas se afirma possibilidade de adotar “medidas no domínio da energia” (TEC, artigo 3º, § 1). No entanto a integração não avançou. Tornou-se necessário aguardar os anos 1980 para serem evidenciados os monopólios nacionais e as barreiras à implementação do



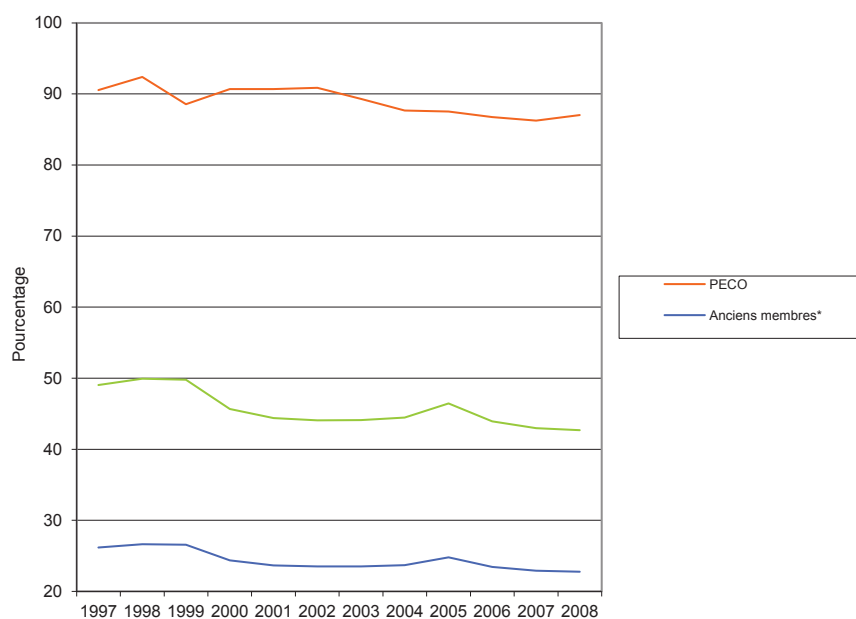


Figura 5 - Participação da Rússia na importação de gás natural
Fonte: Eurostat, 2010.

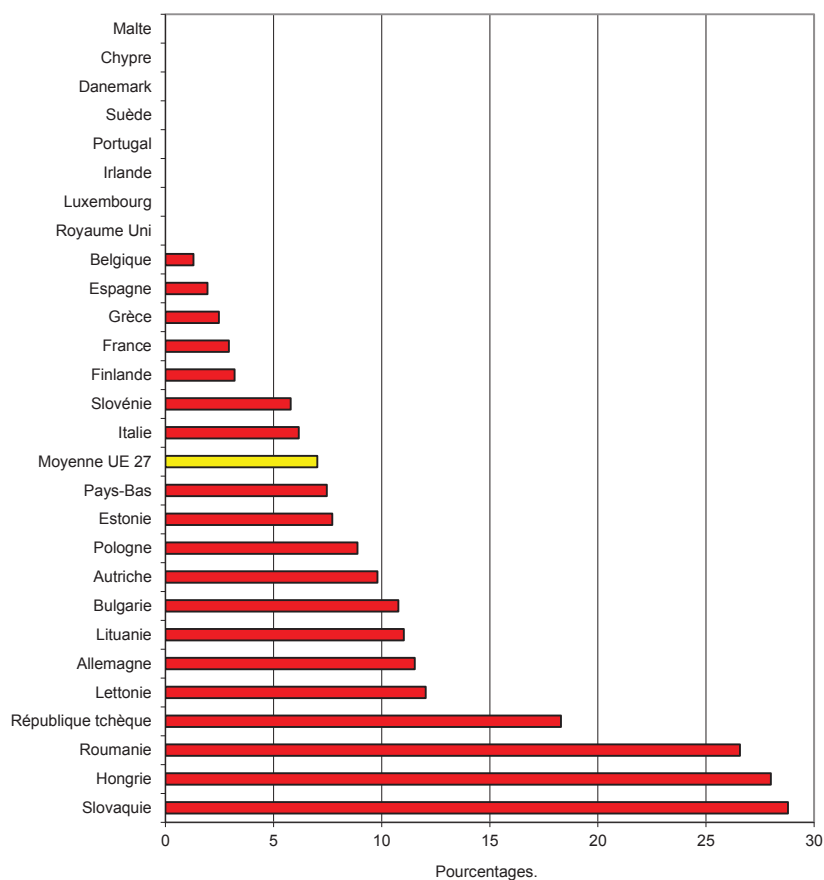


Figura 6 - Participação da Rússia no consumo final de energia dos membros da UE

mercado comum de energia. Devido os Estados resistirem à integração neste domínio (visto como problema à soberania), a primeira investida da CE teve pouco efeito (GRAND, 2009). Percebe-se, no início de 1990, adoção de apenas duas diretrizes menores sobre o trânsito internacional de electricidade e gás (GRAND, 2009). Foi necessário aguardar a segunda metade dos anos 1990 para ocorrer liberalização tímida da energia, com adoção de diretrizes relacionadas à electricidade (1996) e ao gás (1998).

O segundo pacote de energia, aprovado em 2003 instituiu o princípio da abertura dos mercados nacionais à concorrência, estendendo-a a todos os consumidores, reforçando o princípio da independência dos gestores de rede e sugerindo a criação de reguladores nacionais da energia. Mas a relutância dos Estados impem a implementação destas diretrizes, o que resultou na manutenção de monopólios nacionais e práticas anti-concorrenciais.

O terceiro pacote da energia foi aprovado em abril de 2009 pelo Parlamento Europeu e nos termos do Livro Verde, publicado pela Comissão Europeia em 8 março de 2006. Apresenta três objetivos principais: o desenvolvimento sustentável econômico e social, associado a outros objectivos ambientais, a segurança do fornecimento em um contexto de crises recorrentes e de competitividade. Impõe, nestes termos, alguns princípios básicos. A maior abertura à concorrência dos mercados nacionais dos países membros. Divisão das atividades de fornecimento e de produção no caso das empresas. Assim, o poder dos reguladores nacionais foi reforçado com indicação dos direitos dos consumidores. Os países membros devem implementar, no máximo em um ano e meio após votação do pacote de instruções sobre as regras comuns para o mercado interno da electricidade e de gás natural, as condições de acesso à rede de electricidade e à rede de gás natural e de criação da agência de cooperação dos reguladores da energia.

A evolução ainda não se efetivou, haja vista as disposições incorporadas no Tratado de Lisboa apontarem, teoricamente, ao reforço jurídico do princípio legal de uma maior integração energética. Confirma a existência de uma política energética independente com alguns objetivos principais: assegurar o funcionamento do mercado de energia, assegurar o fornecimento energético na UE, promover a eficiência energética e a economia de energia, promover a interconexão das redes energéticas nacionais (Tratado FUE, artigo 194). O procedimento legislativo ordinário (co-decisão) prevalecerá nesta política. A Política de fornecimento, cuja dimensão exterior é evidente, será desta forma teoricamente reforçada.

No entanto, a resistência dos Estados-membros persiste. Pimeiramente obtiveram compromisso em relação ao princípio de dissociação do patrimônio (dissociação das estruturas de propriedade no abastecimento, produção e gestão de redes para desestruturar os monopólios verticais) no sentido de preservar as suas grandes empresas de energia. Finalmente, três possibilidades, no sentido de aliviar o princípio da dissociação, foram aceitas pelas instituições da UE: uma dissociação completa das estruturas de propriedade, criação de um gestor de rede independente, criação de um gestor de transporte independente. No segundo caso, as empresas energéticas nacionais podem manter a propriedade de rede de transporte. No terceiro, as empresas integradas de fornecimento e de transporte podem continuar a existir, sendo exigida a garantia de que os sectores de atividade correspondentes funcionem, na prática, de maneira independente. Em segundo lugar, os Estados membros conseguem manter uma margem de manobra. Em efeito, os tratados prevêm necessidade de unanimidade, no Conselho Europeu, em ações de fiscalização, ordenamento do território e fornecimento de energia (TFUE, artigo 192, artigo 175 ° do TCE).

As divisões internas da UE, destacadas por uma recente comunicação da Comissão, também são concernentes às redes de energia. A política das redes europeias de transportes inicia-se em 1994, com apresentação de lista de projectos de grandes infra-estruturas prioritárias, sendo ajustada em 2000 com vistas à sua adaptação às ampliações vindouras. Os objetivos foram os de contribuir para a coesão territorial do espaço comunitário e melhorar as conexões entre as redes nacionais. No entanto, as conquistas não se colocaram à altura dos projetos. Em 2007, estima-se que apenas



20% dos projetos em redes de gás e 16% dos projetos em redes de electricidade foram realizados no espaço correspondente à UE-27. Tal dado se explica, em parte, na fragilidade do orçamento comunitários dedicado, provenientes essencialmente de insuficientes fundos nacionais. A integração regional das redes ainda se encontra em construção, justificando entendimento de cortes no fornecimento de gás em países do sudeste europeu durante recente crise Rússia-Ucrânia.

A não crença de alguns Estados membros em relação ao modelo de integração energética regional da Comissão Europeia, altamente regulamentado, foi recentemente ilustrada em atitude da Polónia, que repetidamente viola as regras do mercado comunitário ao impedir as empresas europeias de comprar os excedentes de gás importado da Rússia. Em julho de 2010, a Comissão Europeia enviou uma última advertência à Polónia, que exige dos importadores de gás uma determinada percentagem para armazenamento de seu gás neste país, impedindo acesso ao gasoduto Yamal e a consequente inclusão no mercado de gás polaco. Na mesma linha de raciocínio, podemos destacar relutância de Estados membros a algumas propostas da Comissão, dentre elas a da criação de um regulador único europeu da energia, posição expressa pelos membros da UE em 2006 quando da consulta feita pela Comissão europeia sobre seu livro verde (<http://www.euractiv.com/fr/energie/livre-vert-nergie-politique-nergie-europe/article-155086>).

Comissão europeia : uma visão isolada de integração na Eurpa ampliada

Na realidade, a Comissão Europeia se encontra isolada em ampliado espaço europeu. Seu método de integração se baseia, desde 1950, na partilha comum de vasta gama de competências, na execução de políticas comuns e criação de instituições supranacionais. Promovendo a institucionalização das relações interestatais, numa base contratual ou de troca, este método envolve a transferência da soberania e da partilha de normas e regulamentos comuns. A UE tenta replicar este método nas relações com os países vizinhos, sejam países produtores, sejam países de trânsito de produtos energéticos. O objetivo é tornar, a longo prazo, o comportamento destes países o mais previsível possível na proteção do ambiente regional e no fornecimento de petróleo e gás. Daí serem as parcerias energéticas negociadas e implementadas pelas instituições europeias conforme três objectivos principais a garantir: fornecimento a preços acessíveis, protecção do meio ambiente e concorrência saudável no mercado europeu da energia.

Com a vizinhança oriental, as parcerias foram implementadas em várias fases. Em Junho de 1990, a CEE decidiu estabelecer cooperação continuada no sector da energia com os países da Europa Oriental e na União Soviética, com vistas a ajudá-los a encontrar o caminho do desenvolvimento e assegurar seus fornecimentos. Em 1991, a Carta Europeia da Energia (Figura 7) foi assinada por 51 estados. Os países signatários, incluindo as Comunidades Europeias e os países membros da CEE e depois da UE, se comprometeram a respeitar a Carta e desenvolver a cooperação no domínio energético. No entanto a carta não é obrigatória, rrepresentando simplesmente um quadro de cooperação internacional. A maioria dos países concernentes (49 inicialmente), assinaram em 1994 o Tratado da Carta da Energia (Figura 8). Trata-se de um documento a incentivar a cooperação industrial e estabelecer os direitos jurídicos em diversas áreas (condições estáveis e transparentes para os investidores estrangeiros, generalização da cláusula da nação mais favorecida, facilitamento do trânsito de materiais e produtos energéticos, regulação pacífica dos litígios, definição de normas e uma base jurídica comum).



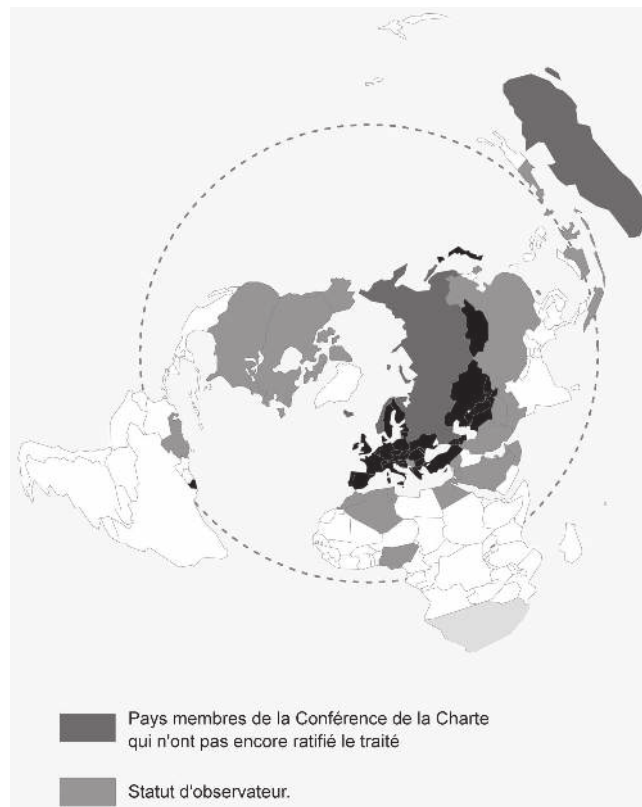


Figura 7 - Tratado da Carta da Energia

Organizado Por: N. LAMBERT, UMS 2414 RIATE & Y. RICHARD, UMR7533 LADYSS, 2010

Fonte: Charte de l'énergie: www.encharter.org/index.php?id=61





Figura 8 - Países membros da comunidade de energia
Organizado Por: N. LAMBERT, UMS 2414 RIATE & Y. RICHARD, UMR7533 LADYSS, 2010
Fonte: Charte de l'énergie: www.encharter.org/index.php?id=61

Estas iniciativas se somam à construção do mercado interno europeu da energia e compõem um estratégia regional a englobar o conjunto dos países vizinhos da União Europeia, com os quais a Comissão visa estabelecer quadro regulamentador: 1. assinatura em 2005 do tratado instituindo a Comunidade da energia, a abrir mercado integrado de electricidade e de gás na escala de uma União Europeia ampliada a vários países vizinhos (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Kosovo, Moldávia; Ucrânia e Turquia são países observadores) (Figura 9); 2. tentativa de extensão dos princípios do tratado da Carta da Energia aos países do Golfo e lançamento de iniciativa energética euro-mediterrânea em 2003 (protocolos de arcado com a Argélia, Marrocos e Tunísia, para integrá-los no maior mercado da UE); 3. assinatura de um protocolo de acordo com o Iraque em 18 de janeiro de 2010; 4. assinatura de um protocolo de acordo com vários países vizinhos do Leste para iniciar a cooperação energética avançada (Azerbaijão e Cazaquistão, em 2006, o Turcomenistão em 2008), em complemento às disposições previstas pela política europeia de vizinhança; 5. Lançamento da iniciativa de Bakou em novembro de 2004 para a Comissão europeia e países ribeirinhos do Mar Negro e Mar Cáspio (Azerbaijão, Armênia, Bulgária, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Romênia, Tajiquistão, Turquia, Ucrânia e Uzbequistão), com vistas à integração dos mercados energéticos nacionais dessa região, harmonizando a legislação nacional com as do mercado europeu.

Comunidade de visão sobre o fim mas não sobre os meios

Estas iniciativas energéticas orientadas para a vizinhança são passíveis de críticas dos dirigentes russos. Afirmam que a Carta de energia leva em conta, principalmente, os interesses dos países consumidores e não os dos produtores. Foi esta a mensagem passada pelo presidente russo na primavera de 2009 - UE de Khabarovsk. Nesta ocasião declarou que a Rússia pretendia estabelecer um novo quadro cooperação em substituição à citada carta. A Rússia, a manter, há vários anos, um diálogo energético com a UE (Richard, 2009), não intenta aplicar a integralidade das exigências europeias, sendo contrária a este modelo altamente regulado e normativo.

No momento em que as instituições europeias avançam no sentido da liberalização, através do reforço da concorrência no mercado europeu, o Estado russo percorre caminho inverso ao capital de grandes empresas de energia, tornando mais difícil o acesso a seu mercado interno. Além disso, a Rússia rejeita o princípio da dissociação da propriedade e ainda mais a idéia de transferência de soberania em muitas áreas. Isso explica sua retirada da Carta de energia, aplicada apenas temporariamente em outubro de 2009. Desde essa data, sua ação não é limitada por nenhum quadro de associação, dado agravado ainda mais por não ser membro da OMC. Esta atitude não é extraordinária, agindo a Rússia como vários Estados membros da UE, resistindo aquilo que percebem como invasão das instituições europeias no domínio da soberania.

As recentes conclusões do Conselho Europeu reforçam intento da UE em manter citada estratégia. Partindo do princípio da demasiada divisão da UE face ao mercado global de energia, adota posição dura contra os países produtores, disciplinando os países membros nos termos das diretrizes europeias (2º e 3º pacotes energéticos), a recomendar a implementação de política energética externa comum, de defender construção de rede europeia de infra-estrutura energética integrada, etc. Em suma, seu diagnóstico e sua estratégia não mudaram. O objetivo é a integração regulamentar e normativa dos mercados em escala macro regional e incorporando, quando possível, países vizinhos.

UMA LIÇÃO DE INTEGRAÇÃO

A constante articulação entre território e política transformam as grandes empresas em atores na organização do espaço europeu. Não permanecem à espera das premissas de política energética europeia para desenvolver estratégias industriais e contribuir à organização da Europa energética. Seguem lógica pouco compatível com as visões e projetos das instituições europeias.





Figura 9 - Modelos de mercado energético diferenciado na União Europeia

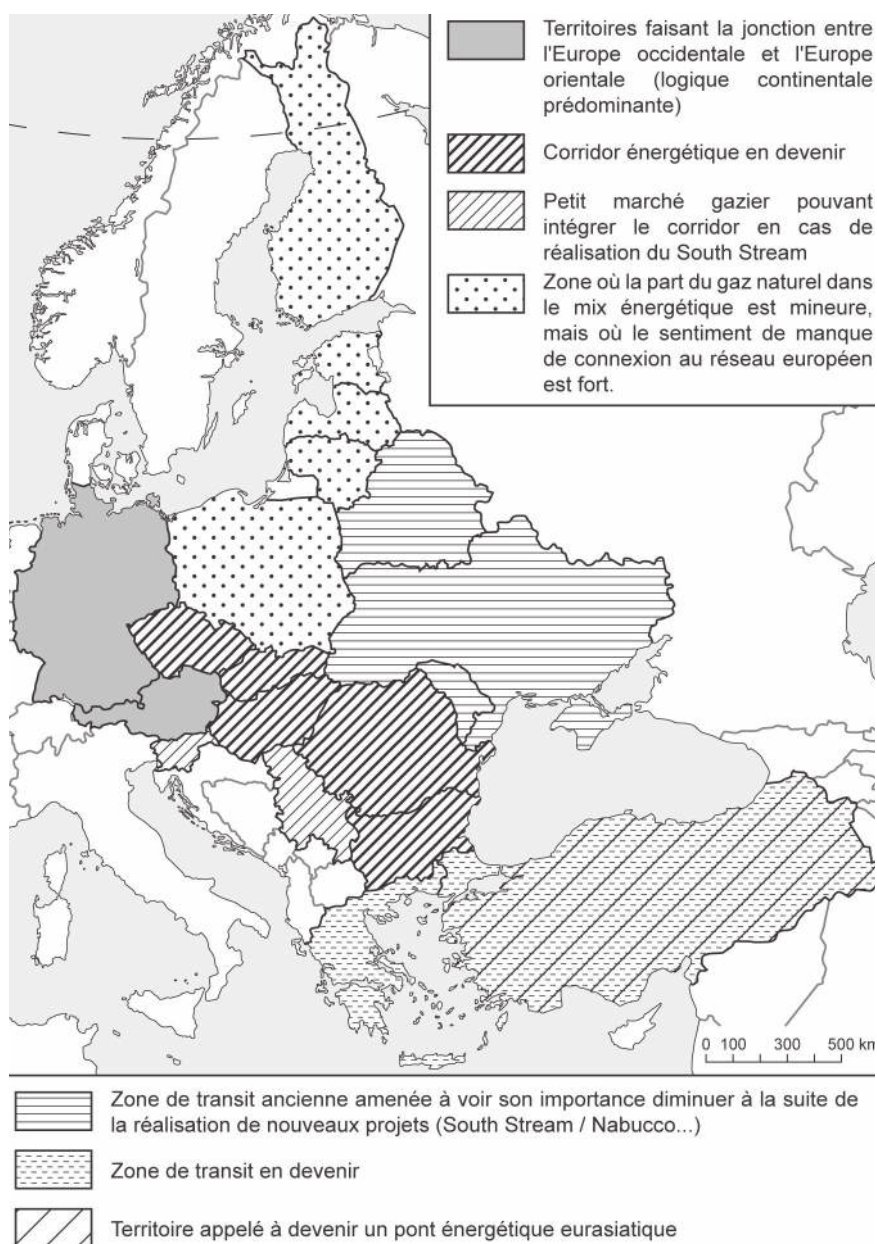


Figura 10 - À caminho de um novo corredor energético

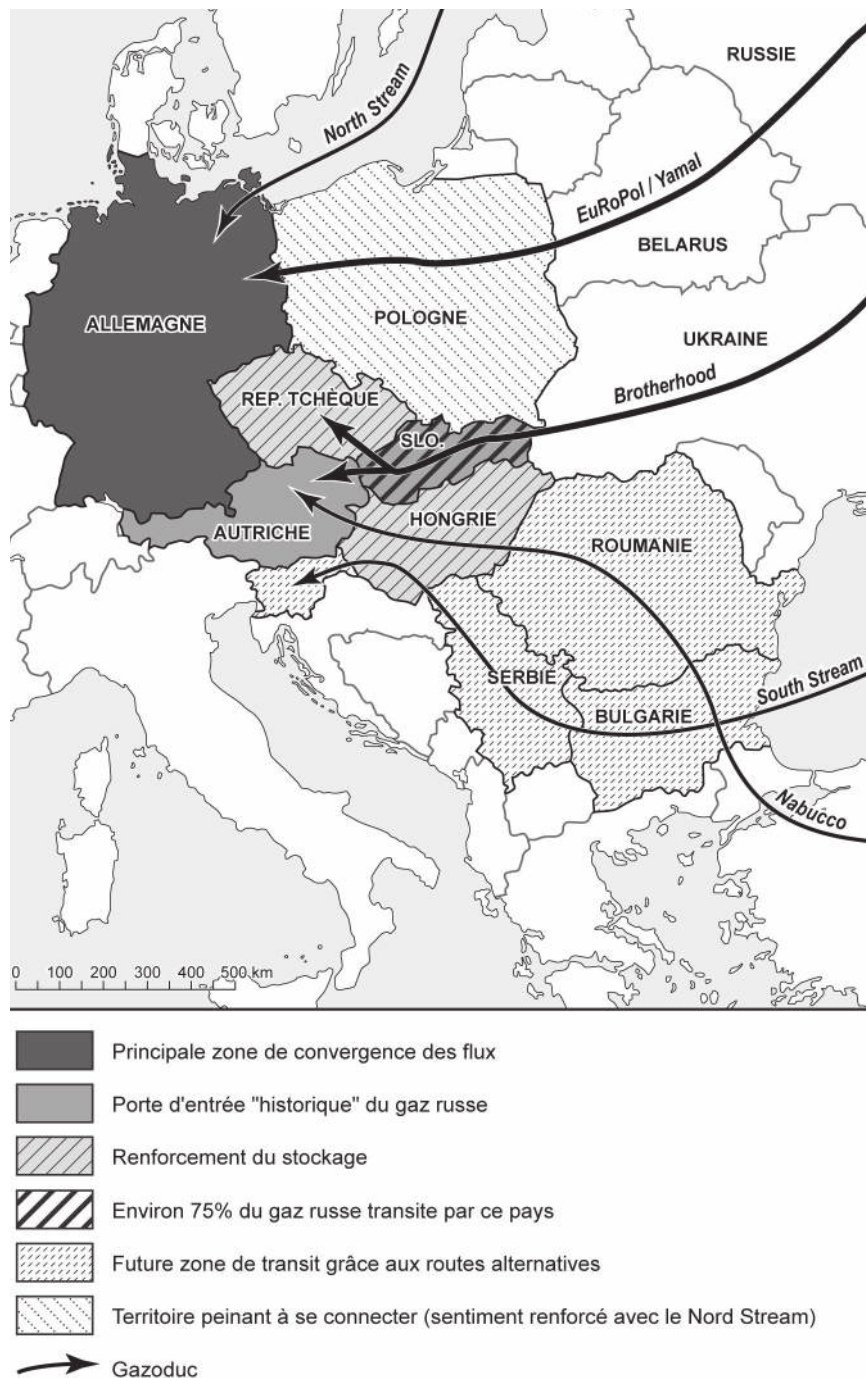


Figura 11 - Leste da União Europeia na conexão de energia leste-oeste

História de uma ode energética

A década de 1960 marca início da exploração de campos de gás natural, tanto na Europa Oriental como Ocidental. Somente no final desta década a conexão entre estas duas redes, até então independentes, se dá e as ponderações políticas, mas também técnicas, materiais e econômicas vieram fundar as relações energéticas entre a CEE e a URSS, atuais UE e Rússia. Como parte dessa antiga relação, a remontar mais de 40 anos, grandes empresas da energia Europeia (ENI, a E. ON Ruhrgas, GASUNIE, GDF ou RWE) surgiram como homólogos da GAZPROM na Itália, Alemanha, França e Países Baixos.

Desenvolvida principalmente a partir de uma perspectiva nacional, as estratégias industriais destas empresas têm contado com os benefícios geológicos, geográficos, históricos e econômicos do país no qual se situam. Por várias razões, o grupo de países citados anteriormente se tornou a âncora principal no estabelecimento da GAZPROM na UE. A maioria dos consumidores e empresas poderosas de energia se localizam nesta parcela do território. Além disso, as empresas desses países têm maior influência junto aos grupos de lobby europeu (infra).

Neste domínio podemos distinguir duas lógicas a estruturar a relação com a empresa russa: a “marítima”, própria dos países produtores; a “continental”, própria dos países que têm pouca ou nenhuma reserva e estão à procura de fornecedores, bem como capital para financiar as importações (Figura 6). Essas lógicas se fundam em diferentes modelos econômicos. Estes são usados por atores cujas representações e as concepções de mercados energéticos divergem, mas que tenta encontrar compromisso para alcançar uma posição de consenso:

- No primeiro bloco, as reservas no Mar do Norte e a conexão à rede norueguesa oferecem independência e certa flexibilidade, mesmo se o peak foi atingido. O mercado spot ali é mais desenvolvido e os contratos de curto prazo são numerosos, enquanto que a capacidade de armazenamento é mínima. O diálogo entre as empresas nesta parte da União Europeia e a GAZPROM se iniciaram com o projeto Nord Stream, uma rota de abastecimento para as primeiras e um meio para entrar em um novo mercado para a última.
- No segundo bloco, a conexão à rede russa é antiga senão a dependência acentuada em função da existência de baixas ou nenhuma reserva local. Os contratos de longo prazo e indexação dos preços do gás ao do petróleo prevalecem, não atingindo o mercado spot a maturidade. As empresas locais parecem relutantes em desenvolver um modelo econômico baseado neste mercado. Estes últimos não garantem a rentabilidade de investimentos pesados e a longo prazo necessários à importação de gás.
- O terceiro bloco tem muito em comum com o anterior, mas sua situação geográfica permite boa conexão com o Norte da África e acesso ao GNL, dado a atenuar impacto da lógica continental.

As recentes mudanças no mercado mundial, a gerar tensão entre oferta e demanda, intensificaram a concorrência e incitaram as empresas a optar por compromisso a promover interação entre essas duas lógicas. As empresas britânicas, por exemplo, objetivando expandir sua capacidade de armazenamento, se mantêm conectadas à rede de gás russa, enquanto as empresas alemãs incentivam o desenvolvimento do mercado local e secundário para aquisição do GNL... A totalidade das estratégias desenvolvidas pelas empresas européias se baseiam no dilema entre contratos de longo ou curto prazo, mercado local ou indexação do preço do petróleo, investimentos na GNL ou construção de novos gasodutos... a GAZPROM pode ser a empresa a apreender claramente as divergências e particularidades na Europa. Sua estratégia repousa, sobremaneira, na exploração das divisões internas da União Europeia.



Pode-se enfurecer a GAZPROM ?

As crises que opuseram a Rússia à Ucrânia e à Bielorrússia danificaram severamente a imagem da GAZPROM na Europa. A diversificação das fontes e rotas de abastecimento tornou-se uma das principais preocupações da Comissão. Entretanto, as empresas têm em mente três importantes e indiscutíveis parâmetros: a demanda global de energia aumenta, a extração de recursos naturais é mais caro por ser complexa e se torna necessário atingir os objetivos ambientais estabelecidos pela Comissão Europeia. A combinação destes três parâmetros faz da GAZPROM um parceiro necessário e desinteressante a idéia de incomodá-lo, especialmente porque a atração do mercado europeu à empresa russa não ser uma garantia eterna. Ela poderia se voltar a outros compradores, a exemplo de acordo assinado com a China em 2009 para a entrega de 70 bilhões de m³ de gás. Resta, entretanto, fechar acordo sobre valor do gás a entregar e para financiar a construção de gasodutos. (The New York Times, 13 outubro 2009).

A integração do mercado energético europeu é uma meta desejada tanto por Bruxelas quanto pelas empresas. No entanto, neste processo, as empresas energéticas européias parecem preferir os atores do mercado à imposição de objetivos europeus, difíceis de alcançar e a prejudicar suas relações com os fornecedores. As estratégias das empresas, contribuem assim para a integração regional na Europa. Esta integração ocorre de formas diferentes daquelas preconizadas pela Comissão, a crise russo-ucraniana de 2009 revelou sua eficácia, não devendo ser subestimada. As empresas conseguem limitar o impacto dos cortes com ativação de sistema de solidariedade a garantir prosseguimento ao fornecimento do gás.

Na parte da Europa que vai da Suécia à Turquia, passando pelos países do Báltico, a Europa Central e os Balcãs, a lógica continental prevaleceu em graus variados ao longo de décadas, às vezes dando a impressão de se tratar de área frágil e sob o “jugo” da GAZPROM, posto se encontrarem expostos aos cortes de gás. Entretanto, as mudanças são significativas desde o início de 2000, passando esta parte do continente por recentes mudanças geopolíticas (colapso da URSS, crises russo-ucranianas que abalaram a confiança européia...) e, também, uma conscientização das empresas em relação às oportunidades oferecidas por estes mercados. Países onde o gás natural ocupa posição importante optaram essencialmente por uma estratégia de segurança e de armazenamento, enquanto que os países onde o gás natural ocupa pequena parcela da matriz de energia - com exceção da Turquia - preferiu-se valorizar as oportunidades oferecidas pelo trânsito, haja vista os benefícios econômicos serem importantes. A Turquia se torna exemplo de zona de trânsito importante entre o Mar Cáspio e o Mar da Eurásia da União Europeia. Por outro lado, isto implica, no caso dos Estados ucranianos, da Bielorrússia e da Moldávia, na perda de importância desta região no trânsito de gás russo em direção à Europa. A Europa do Sul define bem sucedida política econômica a lhe permitir estabelecer, aparentemente, boas relações com a GAZPROM (possível passagem do gasoduto South Stream). Em contraste, os países bálticos da Europa (Estados bálticos e Polónia essencialmente) se isolaram em função da incapacidade de dispor de mesma relação com a GAZPROM. Muitas vezes, as imagens negativas da Rússia nesses países interferem na qualidade das relações econômicas.

Na realidade, o leste europeu não perde, nem em velocidade e nem se situa em dramática posição de fragilidade face à GAZPROM. Pouco a pouco os territórios se organizam em função dos requisitos técnicos e geográficos associados à energia e às evoluções econômicas e políticas. Esta parte da Europa também tende a exercer papel cada vez mais determinante nesta nova organização (Figura 7). A dependência das importações da Rússia é forte, mas a participação do gás na matriz energética nacional é inferior à média europeia (carvão e nuclear são privilegiados). As evoluções dos últimos anos (diminuição da preponderância da Ucrânia e da Bielorrússia no trânsito do gás russo destinado a Europa ocidental e central, diversifica as rotas ...) foram para as empresas a matriz de reorientação das suas estratégias. Estes últimos optaram pela estratégias de tornar seus territórios um corredor de passagem do gás da Rússia e do Mar Cáspio. Isso explica o apoio dado aos projetos Nabucco e South Stream. O objetivo é tornar esta zona elo entre produtores e grandes consumi-



dores da Europa Ocidental. O beneficiado não é a GAZPROM, mas empresas alemãs e austríacas, bem estabelecidas na área e que, através das conexões entre redes nacionais, poderão ter êxito na transformação do território alemão em “hub” para o gás russo e mesmo Cáspio na parte ocidental da Europa. A Nord Stream cuidaria da recepção, a redistribuição se efetuará por rede mais densa e com melhor conexão. Por exemplo, a RWE se ofereceu para construir um gasoduto da República Checa, atravessando a Alemanha e terminando seu percurso com conexão na Bélgica. Isso permitiria transportar o gás da Rússia ou do Mar Cáspio aos países baixos. A integração energética regional europeia se encontra em curso há anos. Ela se acelerou com o colapso da União Soviética e a ampliação da UE, que suscitaram uma redistribuição das cartas. Neste contexto, as empresas se tornaram actores principais, haja vista deterem recursos financeiros necessários aos investimentos em redes de transporte de gás.

As empresas: atores pragmáticos

As estratégias das empresas, pautadas em um pragmatismo industrial a dispor de elevada capacidade de ação e reação, cruzam ajustes tanto técnicos como políticos. Este pragmatismo evidencia duas facetas. Revela-se na relação entre empresas européias e GAZPROM e nas relações entre empresas e instituições européias. O segredo do sucesso na primeira relação é a recusa de uma abordagem ideológica. Neste, a estratégia das empresas se opõem à de Bruxelas, embora os objetivos finais sejam comuns: garantir que o consumidor seja alimentado, os contratos respeitados, a segurança energética garantida e os objetivos ambientais alcançados. Usando meios diferentes, podemos considerar, em última análise, que as empresas européias e russas trabalham em Bruxelas pela integração energética da Europa.

As empresas na Europa Ocidental e GAZPROM estão preparadas à implementação da cooperação industrial. Os projetos conjuntos se tornaram moeda de troca, aqueles da GAZPROM não obterão êxito sem o envolvimento de grandes empresas energéticas européias e vice-versa. Consórcios como o Nord Stream, dono de um gasoduto no Báltico, são a prova: na divisão do capital 51% é da Gazprom, 15,5% da WINTERSHALL, 15,5% da E. ON RUHRGAS, 9% da GASUNIE e 9% da GDF Suez. Existem também acordos de reciprocidade em crescimento: como exemplo temos a holandesa GASUNIE cujo direito de participação em 9% no consórcio Nordstream está atrelado à possibilidade da GAZPROM participar, os mesmos termos, no capital da INTERCONNECTOR. Por último, a GAZPROM aceita a entrada da GDF SUEZ no consórcio para permitir sua inserção no mercado alemão: na verdade, ela adquiriu 5,3% da GDF SUEZ na empresa GNV Verbundnetz Gas AG, maior importadora de gás da Alemanha Oriental.

Além disso, a GAZPROM criou em 1993 com a BASF (por meio de sua subsidiária Wintershall, a maior produtora da Alemanha de petróleo e gás), uma sociedade mista comum, a WINGAS, especializada na distribuição de gás na Alemanha e países vizinhos. A WINGAS representa 9% do mercado alemão e possui uma rede de 2.100 km de gasodutos. Esta empresa lhes permitiu atingir metas importantes: a WINTERSHALL pode contrabalançar o peso da RUHRGAS na Alemanha, a rede WINTERSHALL permite à GAZPROM acesso aos consumidores alemães e de outros países através de compras feitas pela WINGAS nos mercados spot (Áustria, Dinamarca, França, República Checa, Bélgica e Reino Unido). Assim, WINGAS é usada pela GAZPROM como um trampolim para atingir outros mercados. Isso é realizado de várias maneiras: através de aquisições feitas pela WINGAS em mercados fora da Alemanha, a criação de subsidiárias (WINGAS Europa) ou a participação da WINGAS em investimentos de países europeus.

Para se vincular firmemente a empresas europeias, a GAZPROM também utiliza a técnica de troca de ativos, o que equivale à venda de casamentos duradouros, apoiada pelos governos dos países-membros a apoiarem o desenvolvimento de suas grandes empresas. Duas empresas alemãs estão profundamente envolvidos nestas alianças:



- BASF (através de sua subsidiária WINTERSHALL) e E. WINTERSHALL e a GAZPROM lançaram em Dezembro de 2007, o projecto Iuzhno Russkoye (Sibéria, 1,3% das reservas oficiais russas). WINTERSHALL é assim a primeira empresa alemã a produzir gás na Sibéria Ocidental. A amostra de gás deverá chegar na Europa através do gasoduto Nord Stream. A BASF vendeu parte de suas ações que detinha em WINGAS, e em troca, a WINTERSHALL recebeu 25% mais uma ação da OAO SEVERNEFTEGAZPROM que detém a licença para o campo Yujno Russkoye.

- A empresa alemã E. ON, profundamente envolvida com o gasoduto Nord Stream, negocia desde 2006 obtenção do direito de participar no projeto gasoduto Iuzhno Russkoye. Em contrapartida, a GAZPROM recebeu as ações detidas pela E. ON em empresas de centrais e tanques de armazenamento na Europa Ocidental e Central. A GAZPROM obteve acordo com o 50% menos uma ação em empresas de gás húngaras E. ON FOLDGAZ Armazenamento e E. ON FÖLDGAZ Comércio, bem como 25% mais uma ação na sociedade de gás e elétrica regional E. ON Hungara. Estas operações permitem acesso ao mercado consumidor húngaro a preços baixos.

Na relação com a Comissão, as empresas de energia acreditam ser mais conscientes dos desafios e constrangimentos técnicos próprios no domínio da energia. Buscam atuar em conjunto, apesar das diferenças técnicas e econômicas, acima mencionadas, que os separam e induzem certa concorrência. A disputa ora em curso em Bruxelas opõe as empresas às agências reguladoras nacionais, representadas pela organização ERGEG (European Regulators Group for Electricity and Gas), prestes a se transformar em ACER (Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia). ERGEG executa as decisões das instituições europeias. No intuito de auxiliar na construção da política energética europeia e não restringir este papel à Comissão, as empresas formaram associações (BDEW, EFET, EUROGAS, GIE, etc.) com o intuito de fazer lobby ativo. Seu objetivo é validar as escolhas e os interesses das empresas em Bruxelas de favorecer uma tomada de conhecimento vis-à-vis as exigências e as limitantes técnicas e econômicas a responder no campo energético. Fazendo isso, tentam levar as instituições europeias a adotar postura mais flexível na forma ou no prazo de aplicação das regras do mercado interno (abertura dos mercados nacionais, a concorrência, a aplicação de unbundling e maior transparência). Essas alianças pragmáticas não se destinam à criação de monopólios ou a sufocar a concorrência. Objetivam maximizar os interesses das empresas.

NOTAS

(*) Tradução do original, submetido concomitantemente à “Revue d’Etudes comparatives Est Ouest”, realizada por Eustogio DANTAS e Raimundo Freitas ARAGÃO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre a UE e a Rússia são apresentadas veementemente em termos maniqueístas. Uma União Europeia presa nas garras do urso russo ou nos tentáculos do polvo GAZPROM. Com as recentes crises energéticas, a idéia de dependência face à Rússia tornou-se crucial para as instituições europeias. O que aconteceria se a GAZPROM cortasse o gás? O desastre maior seria para a GAZPROM, haja vista ser na Europa lócus principal de concentração financeira do grupo. Se acrescentarmos a isto o fato de que a participação do gás russo na matriz energética europeia diminuiu nos últimos anos (cerca de 30% em 2008 contra 45% em 1998 para os países inclusos na actual UE 27), não seria exagerado afirmar ser a dependência invertida. Em 2008, o gás importado da Rússia representava apenas 7% do consumo bruto final de energia da União Europeia. Nestes termos, a empresa mudou de estratégia não se impondo como fornecedor e sim como parceiro

econômico. Esta situação de dependência face à União Europeia induz, quando as exigências dos europeus aumentam, a empresa a se voltar à Ásia. Forma mais ou menos sutil de dar a entender que a GAZPROM teria outra opção. Em 2009, a companhia russa abriu fábrica de produção de GNL na ilha de Sakhalin voltada ao mercado asiático. No mesmo ano, também assinou um acordo de entrega de gás natural à China.

As relações gasíferas entre Europa e Rússia se dão conforme em três fases. Do início de 1970 até o fim da Guerra Fria, a União Soviética toma consciência do potencial de negócios do gás natural. Apesar dos caprichos do confronto Leste-Oeste, um diálogo foi estabelecido e se intensificou nos últimos anos. Após a queda do Muro, a Rússia passa por processo de liberalização acelerado e, em seguida, enfrenta a crise econômica de 1998. Mesmo assim se manteve um fornecedor confiável. Com a chegada de Vladimir Putin ao poder e a recuperação econômica da Rússia, promovida pela renda dos hidrocarbonetos (Benaroya, 2006), a Europa começa a se perguntar se o gás natural não consiste no instrumento de poder do Kremlin. Os europeus procuram diversificar suas fontes de gás. Contudo, paradoxalmente, esta fase é aquela na qual a GAZPROM privilegiou estratégia baseada na lógica econômica. Inversamente Bruxelas continua a politizar as relações em detrimento da vontade de Moscou em confiná-las à esfera industrial.

A politização da relação energética com a Rússia pode ser explicada de várias maneiras. Em primeiro lugar, as instituições européias são projetadas para trabalhar na integração européia. Isto exige a adoção de normas comuns e liberalização econômica no mercado interno e em conjunto amplo dos países vizinhos. No entanto a Rússia segue um percurso diferente. Não se dispõe a disponibilizar amplamente seus recursos e abrir seu mercado aos atores externos. Ademais, não vê necessidade de adotar racionalidade de integração européia através de regulamentos e normas. A politização da relação energética nasce da oposição entre essas duas visões. A UE considera a manobra russa como forma de distorção da concorrência por essência incompatível com seu credo liberal. Em segundo lugar, a UE deseja diversificar ao máximo possível seus fornecedores e suas rotas de importação de matérias energéticas. Ao fazê-lo, busca reforçar sua segurança externa. A Rússia vê nesta estratégia uma ameaça a seu status de centro energético eurasiático e uma forma de interferência em sua soberania e área de influência. Enfim e sobretudo, a Comissão Europeia tenta estabelecer alguma forma de união energética na escala continental. Vislumbra como problemática a diplomacia russa neste domínio, restrita a relações bilaterais diretas com alguns países membros, estabelecendo um curto-circuito.

A mídia e alguns analistas acusam veementemente a GAZPROM, com fins maquiavélicos, de semear discordia na Europa. A GAZPROM dividiria para melhor reinar e seria o braço armado do Kremlin? Os “compadrios” com grupos italianos e alemães seriam um empecilho no projeto de construção de uma política energética europeia comum. Mas a GAZPROM realmente se interessa em assumir esse papel? A resposta é não. Além disso, os Estados e as empresas européias não precisam ser divididas e a GAZPROM é talvez o lugar onde o sapato aperta. A empresa russa e o Kremlin em alguns casos (LYNCH, 2006), não têm com quem dialogar a nível europeu e no sector da energia. Por isso, conta com seus parceiros tradicionais como as empresas da Europa Ocidental e mantém suas relações bilaterais.

Uma das novas metas da GAZPROM parece ser a de melhorar sua imagem na Europa. Isso se traduz em operações em áreas distanciadas da energia e finanças, tais como o esporte. E não em qualquer esporte, se volta àquele que os europeus mais apreciam: o futebol. Até 2017, a GAZPROM será a patrocinadora oficial do Schalke 04, famoso time de futebol de Gelsenkirchen. Durante a Bundesliga (Campeonato Nacional Alemão), a chama russa tremulará entre outros famosos símbolos como a bandeira da águia bávara do FC Bayern ou a vermelha do Eintracht Frankfurt. Não é por acaso que esta política de sedução começa na Alemanha. Os dirigentes da GAZPROM aprovaram esta famosa frase de Henry Ford: “a empresa deve apresentar lucros, caso contrário morrerá. Mas se você tentar executar um negócio exclusivamente no lucro, ela também morrerá, posto perder sentido” (GICQUEL, 2007).



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARON, R. **Paix et guerre entre les nations**. Paris: Calmann-Lévy, 1968.
- BDEW, **Private Sector Initiative for Security of Gas Supply in Europe**. Rapport rédigé à la suite de la conférence du même nom, 10-11 juin 2009.
- BENAROYA, F. **L'économie de la Russie**. Paris: La Découverte, 2006.
- BETTZÜGE, M. O. ; LOCHNER, S. Der russisch-ukrainische Gaskonflikt im Januar 2009-eine modellgestützte Analyse. **Energiewirtschaftliche Tagesfragen**, Heft 7, 2009. [http://www.ewi.uni-koeln.de/fileadmin/user/Veroeff/2009_Bettzuege_et_07_2009.pdr]
- BROS, A. **La guerre du gaz n'aura pas lieu**: radioscopie du projet Nord stream. Paris: Mémoire de Master Recherche, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2009.
- BUCKRELL, D. ; DUBIEN, A. Énergie et politique dans la Russie de Poutine. **Revue internationale et stratégique**, n° 54, 2004. p. 71-79
- BULL, H. **The anarchical Society. A Study of Order in World Politics**. London: Macmillan, 1977.
- COMMISSION EUROPEENNE. **Livre vert. Vers une stratégie européenne de sécurité d'approvisionnement**, Bruxelles, COM(2000)769 final. Communication non publiée au Journal officiel, 2000.
- COMMISSION EUROPEENNE. **Livre vert. Une stratégie européenne pour une énergie sûre, compétitive et durable**, Bruxelles, COM(2006) 105 final, 2006.
- COMMISSION EUROPEENNE. **Une politique de l'énergie pour l'Europe**, COM(2007) 1 final. Communication non publiée au Journal officiel, 2007.
- COMMISSION EUROPEENNE. **Second Strategic Energy Review**. An EU Energy security and Solidarity Action Plan, Brussels, COM(2008) 781 final, 2008.
- CONSEIL DE L'UNION EUROPEENNE **Council conclusions. Towards a new Energy Strategy for Europe 2011-2020**, Brussels, 2010. [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/trans/114727.pdf]
- DEFEUILLEY, C. **Gazprom. Flux**, n°76/77, 2009. p. 126-134
- DASSELEER, P.-H. **Gazprom. L'idéalisme européen à l'épreuve du réalisme russe**. Paris: L'Harmattan, 2009.
- DIDELON, C., GRASLAND, C., RICHARD, Y. **Atlas de l'Europe dans le monde**. Paris: Montpellier, La Documentation française, Reclus, 2009.
- ERICSON, R. E. Eurasian Natural Gas Pipelines: The Political. Economy of Network Interdependence. **Eurasian Geography and Economics**, vol. 50, n°1, 2009. p.28-57
- FINON, D., LOCATELLI, C. L'interdépendance gazière de la Russie et de l'Union européenne : quel équilibre entre le marché et la géopolitique ? **Cahier de recherche LEPII**, série EPE, n° 41, 2006.
- GICQUEL, Y. **Le marketing éthique**. Val-Morin (Québec): Les Mini-Génies, 2007.
- GRAND, E. Les transports et l'énergie. In : JOUNO, T. **Le droit et les politiques de l'Union européenne**. Paris : PUF, 2009. p. 513-540
- HAYERBEKE, D., Naesens, B., Vandorpe, W. **Strengthening European Regulatory Power**, [<http://www.europeanenergyreview>], 2010.
- KLIUKOVA, K. La géopolitique en Russie depuis 1991. **Outre-Terre**, La Russie, la nouvelle guerre froide ?, n°19, 2008. p.21-27
- KOVACEVIC, A. **The Impact of the Russia-Ukraine Gas Crisis in South Eastern Europe**. In: Oxford Institute for Energy Studies, [<http://www.oxfordenergy.org/pdfs/NG29.pdf>], 2009.
- LOCATELLI, C. Les stratégies d'internationalisation de Gazprom. **Le Courrier des Pays de l'Est**, n° 1061, 2007. p. 32-46
- LYNCH, D. Russian Perceptions of the CFSP/ESDP. Institute for Security Studies, **actes du séminaire EU as Global Power** [www.iss.europa.eu/uploads/media/analy145.pdf], 2006.
- MILOV, V.; COBURN, L.; DANCHENKO, I. Russia's Energy Policy, 1992-2005. **Eurasian Geography and Economics**, vol. 47, n° 3, 2006. p. 285-313

- NIES, S. **Gaz et pétrole vers l'Europe. Perspectives pour les infrastructures**. Paris: Les études de l'IFRI, 2008.
- NOËL, P. **Beyond Dependence: How to Deal with Russian Gas**. European council on Foreign Relations, Policy Brief, [www.ecfr.eu], 2008.
- RADEVANYI, J. Réseaux de transport, réseaux d'influence: nouveaux enjeux stratégiques autour de la Russie. **Hérodote**, n°104, 2002. p. 38-65
- RAHR, A. Russland gibt Gas. Die Rückkehr einer Weltmacht. München: Karl Hanser Verlag, 2008.
- RELJIC, D. Russlands Rückkehr auf den Westbalkan. In : **SWP-Studie**, SWP: Stiftung Wissenschaft und Politik (Fondation de l'économie et de la politique), 2009.
- RICHARD, Y. Le dialogue énergétique Russie - Union européenne. L'impossible intégration eurasiatique ? In : DRESSLER, W. (org.). **Eurasie. Espace mythique ou réalité en construction ?** Bruxelles: Bruylant, 2009, p. 347-378
- RUCKER, L. La politique étrangère russe. A l'Ouest, du nouveau ! **Le Courrier des Pays de l'Est**, n°1038, 2003. p. 24 à 41
- SAGERS, M. J. Russia's Energy Policy: A Divergent View. **Eurasian Geography and Economics**, 47, n°3, 2006. p. 314-320
- SCHRAVEN, D. E. **ON investiert trotz grosser Risiken in Russland**. **Die Welt**, 15 septembre, [http://www.welt.de/die-welt/wirtschaft/article4537049/E-on-investiert-troz-grosser-Risiken-in-Russland.html], 2009.
- SEBILLE-LOPEZ, P. **Géopolitique du pétrole**. Paris: Armand Colin, 2006.
- STOFFAËS, C. (dir.); AUVERLOT, D.; POULIQUEN, H. **La sécurité gazière de l'Europe. De la dépendance à l'interdépendance**. Paris : Centre d'Analyse Stratégique, Premier Ministre, 2010.
- TALIAFERRO, Security Seeking under Anarchy: Defensive Realism Revisited. **International Security**, vol. 25, n°3, 2000-2001. p. 128-161
- TINGUY, A. de (org.). **Moscou et le monde**. Paris: Autrement, 2008.
- TEURTRIE, D. La stratégie de la Russie dans l'exportation de ses hydrocarbures : contrôle et diversification. **Flux**, n°71, 2008. p. 24-36
- VERLUISE, P. **Comment l'UE arme la Russie ?** Diploweb, [www.diploweb.com/forum/verluisse06113.htm], 2006.
- WALTZ, K. Realist Thought and Neorealist Theory. **Journal of International Affairs**, vol. 44, n°1, 1990. p. 21-37
- WESTPHAL, K. **Russisches Erdgas, ukrainische Röhren, europäische Versorgungssicherheit, Lehren und Konsequenzen aus dem Gasstreit 2009**. SWP Studie, [http://www.swp-berlin.org/common/get_document.php?asset_id=6144], 2009.

sites Internet

European Federation of Energy Traders: <http://www.efet.org>
 EON: <http://www.eon.de>
 Eurogas : <http://www.eurogas.org>
 European energy review: <http://www.europeanenergyreview>
 GRT Gaz: <http://www.grtgaz.com/fr/accueil/grtgaz/reseau>
 Capital : <http://bourse.capital.fr/descriptif-gdf-suez-12388884>
 Pgnig : <http://www.pgnig.pl/pgnig/ri?s,main,language=EN>
 Wingas : <http://www.wingas.de>

Trabalho enviado em janeiro de 2011
 Trabalho aceito em abril de 2011

